

A presidente da APOL, Carla Fernandes, referiu num artigo publicado no Jornal de Negócios, em 25 de Outubro, a sua preocupação com o impacto da actual legislação que regula as regras de transporte de mercadorias. De acordo com a presidente da APOL, “tal como está prevista no decreto-lei, a medida criará uma impossibilidade prática. E às vezes, as impossibilidades práticas levam ao incumprimento generalizado e não é o que se pretende”.

Os operadores logísticos podem estar impossibilitados de cumprir a Lei conforme está redigida, segundo as palavras da presidente da APOL, que defendeu a urgência de regulamentação mais detalhada.

A Associação tem mantido um canal de comunicação aberto com a Tutela para que a legislação se aproxime da realidade da actividade dos operadores logísticos.

[Veja a notícia](#)